



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

www.garca.sp.gov.br/diario-oficial

Quarta-feira, 17 de novembro de 2021

Ano VIII | Edição nº 1749

Página 25 de 29

Outros atos de processo legislativo

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTABILIDADE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PARECER Nº 42/2021

CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019

Relatório

As contas da Prefeitura Municipal de Garça, relativas ao exercício de 2019, constituem o objeto desse processo, regularmente autuado pela Secretaria Legislativa da Casa.

O volumoso processo está instruído com todas as peças contábeis que possibilitam uma análise de gestão financeira realizada pela Municipalidade no exercício de 2019, uma vez que a movimentação do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos, assim como do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais e da Câmara Municipal, foram examinadas separadamente pelo Tribunal.

Após a fiscalização “in loco” da Unidade Regional de Marília – UR/4 e a manifestação de várias assessorias técnicas, o Tribunal de Contas do Estado, através de Parecer no Processo TC-00004868.989.19-5, concluiu pela aprovação das Contas, exceção feita aos atos pendentes de apreciação pela Corte.

Recebido o processo, com a decisão do Tribunal de Contas, obedecendo ao que determina o artigo 221 do Regimento Interno da Câmara, o Sr. Presidente determinou a publicação de seu inteiro teor e, em obediência ao disposto no § 10 do mesmo artigo e diploma legal, notificou o Exmo. Sr. Prefeito, para oferecer defesa, por escrito, dentro do prazo de 15 dias. O Sr. Prefeito não encaminhou sua defesa, e, após transcurso do prazo, o processo foi finalmente remetido a esta Comissão para exarar o parecer, nos termos do artigo 220, c/c artigo 49, II, do Regimento Interno da Casa.

O Presidente avocou a relatoria.

É o relatório.

Voto do Relator

A 2ª Câmara, em sessão de 29 de junho de 2021, decidiu emitir parecer favorável à aprovação das contas prestadas pela Prefeitura Municipal de Garça, relativas ao exercício de 2019, excetuando os atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Na ocasião reconheceram-se definitivos os seguintes resultados contábeis: Aplicação no Ensino: 26,82%; Recursos do FUNDEB aplicados no exercício: 100,00%; Aplicação na valorização do Magistério: 93,89%; Despesas com Pessoal e Reflexos: 45,40%; Aplicação na Saúde: 25,58%; Transferências ao Legislativo: Regular; Execução orçamentária: superávit: 1,90%.

Durante a auditoria foram apontadas algumas falhas, que a Corte de Contas considerou insuficiente para emitir posicionamento desfavorável às Contas.

A UR-4 do Tribunal de Contas, destaca que, no relatório do fechamento do exercício foram verificadas as seguintes inconsistências durante a fiscalização realizada:

“A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

-O índice obtido indica a necessidade de promoção de ações de aperfeiçoamento nessa dimensão do IEG-M;

-Constatadas ocorrências nesta dimensão do IEG-M, destacadas na instrução deste relatório.

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

-Resultados apresentados nos Balanços não refletem a realidade do Órgão.

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

-Inadequações nos registros contábeis quanto aos requisitórios de pequeno valor.

B.1.5. PRECATÓRIOS

-Ausência dos registros contábeis quanto aos valores dos RPVs não pagos em 2019;

-Necessidade de aprimoramento nos controles dos requisitórios de baixa monta;

-Não pagamento integral das requisições de pequeno valor.

B.1.6. ENCARGOS

-Falta de aporte relativo ao Fundo Financeiro



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

www.garca.sp.gov.br/diario-oficial

Quarta-feira, 17 de novembro de 2021

Ano VIII | Edição nº 1749

Página 26 de 29

(segregação de massas), conforme cálculo realizado pelo RPPS, objeto de ação judicial.

B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

-Inexigibilidade de grau de escolaridade/qualificação técnica para cargos em comissão e funções de confiança/gratificadas.

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

-Oferta de vagas insuficiente para Ensino Infantil (creche), modalidade berçário e maternal (reincidência).

C.2. IEG-M – I-EDUC

-O índice obtido indica a necessidade de promoção de ações de aperfeiçoamento nessa dimensão do IEG-M;

-Constatadas ocorrências nesta dimensão do IEG-M, destacadas na instrução deste relatório.

C.2.1. FISCALIZAÇÃO ORDENADA

-Persistência de falhas detectadas na Fiscalização Ordenada (Merenda Escolar; reincidência).

C.2.2. DESPESAS COM O SISTEMA SESI-SP DE ENSINO

-Carência de motivação, de isonomia e de economicidade (reincidência); e

-Ausência de licitação, em afronta à legislação vigente e Deliberação deste Tribunal (reincidência).

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

-Ausência de AVCB nos estabelecimentos de saúde (reincidência).

E.1. IEG-M – I-AMB

-O índice obtido indica a necessidade de promoção de ações de aperfeiçoamento nessa dimensão do IEG-M;

-Constatadas ocorrências nesta dimensão do IEG-M, destacadas na instrução deste relatório, sendo reincidente a ausência dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

F.1. IEG-M – I-CIDADE

-O índice obtido indica a necessidade de promoção

de ações de aperfeiçoamento nessa dimensão do IEG-M;

-Constatadas ocorrências nesta dimensão do IEG-M, destacadas na instrução deste relatório, sendo reincidente a não elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

-Inconsistência em informação prestada ao Sistema Audesp/IEG-M (reincidência).

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODSs

-Nas análises comparativas dos quesitos do IEG-M com os ODSs foram constatadas inadequações às metas propostas pela Agenda 2030.

H.2. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

-Não comprovação de acompanhamento periódico das condições dos veículos componentes da frota para transporte de pacientes.

H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

-Desatendimento às Recomendações desta e. Corte de Contas.”

São apontamentos que devem ser observados, visto a relevância dos mesmos no âmbito da gestão pública, notadamente no tocante ao planejamento das ações, devendo a Administração Municipal realizar medidas para sanar os problemas encontrados.

Além disso, o Tribunal de Contas, determinou à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as recomendações, os alertas e as determinações discriminadas no voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização, no próximo roteiro, “in loco”, verificar todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações.

Ademais, é verdade que o parecer do TCE não vincula as decisões da Câmara no julgamento das contas, porém



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

www.garca.sp.gov.br/diario-oficial

Quarta-feira, 17 de novembro de 2021

Ano VIII | Edição nº 1749

Página 27 de 29

não se pode desconsiderar que a missão constitucional do TCE é auxiliar o Poder Legislativo no exercício da sua atribuição de fiscalizar o Executivo. Assim, o voto é por acompanhar a decisão do E. Tribunal de Contas, recomendando ao Plenário a aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Garça, referentes ao exercício de 2019.

Materializando a nossa decisão, apresentamos a deliberação da Casa o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2021

APROVA, COM RESSALVAS, AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA, EXERCÍCIO DE 2019

A Câmara Municipal aprova o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas, com ressalvas, as Contas da Prefeitura Municipal de Garça, exercício de 2019, de acordo com o parecer prévio favorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no Processo TC-00004868.989.19-5.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2021.

Fábio Santos

Relator

Elaine Oliveira

Membro

Marquinho Moreira

Membro

Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, acompanhamos seu voto. Aprovado na reunião da Comissão de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Obras e Serviços Públicos, realizada nesta data.

Fábio Santos

Relator

Elaine Oliveira

Membro

Marquinho Moreira

Membro

EDITAL

Processo TC - 0004868.989.19-5

Julgamento das Contas da Prefeitura Municipal de Garça - Exercício 2019

Responsável: JOÃO CARLOS DOS SANTOS

Em atenção ao que dispõe o § 6º do artigo 221 do Regimento Interno da Casa, fica V. Srª. CIENTIFICADO que fora exarado parecer pela Comissão de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Obras e Serviços Públicos, concluindo pela manutenção do PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Garça, relativamente ao exercício financeiro de 2019, a ser incluído para votação na Ordem do Dia da 39ª Sessão Ordinária desta Casa, a realizar-se no dia 22 de novembro de 2021, a partir das 17:15h.

Publique-se.

Garça/SP, 16 de novembro de 2021.

RAFAEL JOSÉ FRABETTI

Presidente

Atos de Mesa

ATO DA MESA Nº 20/2021

DISPÕE SOBRE NOVOS PROTOCOLOS SANITÁRIOS E AÇÕES DE FLEXIBILIZAÇÃO VISANDO A RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NA CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

A Mesa da Câmara Municipal de Garça, Estado de